



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

## PODER LEGISLATIVO

**14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA**

**PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO**

**REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2025.**

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e cinco, terça-feira, realizou-se a Vigésima Quarta Sessão Ordinária da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pelo Vereador **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e secretariada pelo Vereador **Marcos Combate**, do Partido (AGIR); Presentes, ainda, os Vereadores **Adalto Donato de Oliveira**, **Márcio Pacle Vieira da Silva**, **Militino Feder Júnior**, do Partido Republicanos, **Edimilson Dourado Gomes**, **Ellis Regina Batista Leal Oliveira**, **José Iracy Márcio Barros**, do Partido União, **Nilton de Souza Melo**, **Thiago dos Santos Tezzari**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), **Bruno Luciano do Couto Araújo**, **Gilber Rocha Mercês**, do Partido Liberal (PL), **Jeovane de Jesus Rocha** do Partido (AGIR), **Breno Mendes da Silva Farias**, **José Uilson Guimarães de Souza**, do Partido (AVANTE), **Adriano da Silva Gomes**, **Evanildo Ferreira da Silva**, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), **Everaldo Alves Fogaça**, **Wanoel Chaves Martins**, do Partido Social Democrático (PSD), **Pedro Geovar Ribeiro Júnior**, do Partido Progressistas (PP) e **Devonildo de Jesus Santana**, do Partido Renovação Democrática (PRD). Justificada as ausências dos vereadores: **Fernando Celestino da Silva**, **Sofia Andrade de Aguiar Gomes**. Havendo quórum regimental, o Presidente Vereador **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, após saudar os presentes, invocou a proteção de Deus, e declarou aberta a Vigésima Quarta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do **Hino do Município de Porto Velho**. O Presidente convidou o Secretário Marcos Combate a proceder a leitura da Ordem do dia. **EXPEDIENTE. I – Aprovação da Ata da Sessão anterior:** Dispensada a leitura da Ata Sessão anterior, que foi dada como lida e aprovada sem alterações. Não havendo quem quisesse discuti-la, a ata foi aprovada; **II – Leitura de matérias oriundas do Poder Executivo Municipal: I- Projeto de Lei Complementar nº 1372 de 2025**, que “Cria a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV, e dá outras providências”. **II- Projeto de Lei Complementar nº 1373 de 2025**, que “Dispõe sobre a reestruturação da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho (EMDUR), e altera dispositivos da Lei Complementar nº 780, de 17 de setembro de 2019 e dá outras providências”. **III- Projeto de Lei Complementar nº 1374 de 2025**, que “Dispõe sobre a alteração da tabela de referências salariais e remuneração básica dos cargos em comissão do IPAM e altera os Anexos I e II da Lei Complementar nº 886, de 11 de março de 2022”. **III - Apresentação das proposições dos Vereadores: (Não Houve); IV- Palavra vaga aos Vereadores inscritos;** Com o uso da palavra o Vereador **Dr. Santana**; O vereador iniciou seu discurso cumprimentando os colegas parlamentares e o público presente, destacando sua preocupação com três projetos de grande impacto enviados pela prefeitura para votação em regime de urgência. Esses projetos envolvem a reestruturação da EMDUR, a ampliação de cargos no IPAM e a criação de uma nova agência reguladora. Ele lembrou que, em janeiro, o atual prefeito havia declarado que a criação da agência não era necessária e que os recursos seriam usados para beneficiar diretamente a população. No entanto, agora apresenta uma proposta que prevê altos salários e aumento de despesas, sem novas receitas, o que, segundo o vereador, contraria o discurso

anterior do gestor e revela incoerência no planejamento da administração. Dr. Santana afirmou que sempre foi contra a antiga agência reguladora por considerá-la ineficiente e desnecessária, citando que outras comissões e secretarias já cumprem funções similares com eficácia. Ressaltou também que os projetos enviados de última hora comprometem o debate e a fiscalização adequada, criticando a falta de respeito com o processo legislativo. O vereador reconheceu avanços da gestão anterior, como os 800 km de asfalto e o novo terminal rodoviário, mas alertou que promessas feitas na campanha atual ainda não foram cumpridas, especialmente com os servidores da saúde. Por isso, declarou seu voto contrário aos projetos, defendendo o compromisso com a população e a responsabilidade fiscal da Câmara Municipal. Dr. Santana concluiu dizendo que quer ser um diferencial, que Porto Velho tem pressa e que seu mandato será pautado pela fiscalização e defesa dos interesses da cidade e dos servidores públicos. **Com o uso da palavra o Vereador Everaldo Fogaça;** O vereador iniciou sua fala cumprimentando os colegas parlamentares, a imprensa, os assessores e o público presente, destacando a importância dos projetos que seriam votados naquele dia para o desenvolvimento de Porto Velho. Entre eles, citou a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos, a reestruturação da EMDUR e do IPAM, mas enfatizou com entusiasmo a criação da Guarda Municipal. Segundo o vereador, a implantação da Guarda Municipal foi uma das principais bandeiras de sua campanha e debatida por diversos candidatos nas últimas eleições. Ele agradeceu à mesa diretora da Câmara, às comissões e aos vereadores pela celeridade na tramitação do projeto, que chegou à casa no dia 28 e já estava sendo votado em primeira e segunda votação no dia 6. Everaldo Fogaça ressaltou que a Guarda Municipal, embora não resolva por completo os problemas de segurança pública, contribuirá significativamente ao apoiar as forças de segurança do estado, proteger os prédios públicos, os servidores municipais e atuar em emergências como as alagações no Baixo Madeira. Serão 500 vagas oferecidas via concurso público. Ele refutou críticas de que a Guarda serviria apenas como cabide de empregos, garantindo que, com fiscalização dos vereadores, será uma instituição eficiente e modelo para o país. Finalizou parabenizando o prefeito Léo Moraes por cumprir sua promessa de campanha e reafirmou seu voto favorável ao projeto, esperando o apoio unânime dos demais vereadores. **Com o uso da palavra o Vereador Adriano Gomes;** O vereador usou seu tempo na tribuna para responder diretamente ao vereador Dr. Santana, criticando duramente seu posicionamento contrário aos projetos em pauta, especialmente à criação da nova agência reguladora. Ele iniciou cumprimentando o presidente da Câmara, os vereadores presentes e o público no auditório, e seguiu afirmando que os pareceres sobre os projetos foram dados com base técnica e jurídica, respeitando o processo legislativo. Encerrando, reforçou sua indignação e reafirmou seu posicionamento favorável aos projetos em discussão, cobrando que Dr. Santana explique onde estava quando as medidas similares foram aprovadas na gestão anterior, da qual ele fez parte como chefe de gabinete. **Com a palavra o vereador Nilton Souza;** O vereador iniciou sua fala cumprimentando o presidente da Câmara, os colegas vereadores, a imprensa, os servidores e a população presente e acompanhando online. Em seguida, usou a tribuna para manifestar oposição aos projetos de reestruturação da EMDUR, do IPAM e à criação da nova agência reguladora, todos apresentados em regime de urgência. Nilton lembrou que anteriormente apresentou um requerimento para discutir a redução ou isenção da tarifa do transporte coletivo, mas não obteve o mesmo tratamento célere que os projetos atuais. Para ele, os projetos em pauta não têm caráter de urgência e deveriam passar por maior análise técnica e discussão, pois envolvem a criação de cargos comissionados, altos salários e aumento de despesa pública, sem estudos de impacto orçamentário ou consulta à sociedade. O vereador afirmou que não se pode aprovar medidas que incham a máquina pública, especialmente em um momento em que faltam médicos, medicamentos e infraestrutura básica nos bairros e distritos de Porto Velho. Criticou duramente a criação de cargos com salários de até R\$ 20 mil, enquanto servidores da saúde ganham pouco e enfrentam condições precárias de trabalho. Nilton também questionou a coerência da atual gestão, lembrando que recentemente a mesma agência reguladora foi extinta com a promessa de realocar recursos para áreas essenciais, e agora está sendo recriada. Para ele, esse vai-e-vem demonstrar falta de planejamento e seriedade com o dinheiro público. Encerrou sua fala pedindo mais responsabilidade, planejamento e respeito à população, declarando seu voto contrário aos projetos por entender que eles não atendem ao interesse público. Defendeu que o foco da nova gestão deve ser organizar, economizar e investir com responsabilidade, e não aumentar cargos políticos. **Com a palavra o vereador Marcos Combate;** O vereador iniciou sua fala cumprimentando o presidente da Câmara, Gedeão Negreiros, e demais presentes, expressando respeito e consideração. Ele utilizou a tribuna para criticar duramente três projetos que, segundo ele, são imorais, onerosos e prejudiciais à população de Porto Velho, especialmente aos servidores públicos e à infraestrutura básica do município. Marcos denunciou que os projetos em pauta,

como a reestruturação da agência reguladora, trarão um impacto financeiro superior a R\$ 60 milhões por ano, sem que tenham sido apresentados estudos técnicos, financeiros ou de impacto orçamentário, em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 16 e 17). Ele afirmou que essas medidas desrespeitam a lei, já que implicam criação de cargos comissionados e despesas continuadas, sem previsão legal adequada no plano plurianual ou na lei orçamentária. O vereador também contestou a forma como a pauta da sessão foi definida, alegando que não foi convidado a participar da discussão prévia, como determina o regimento interno da Casa, e afirmou que irá ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas caso o processo continue irregular. Ele defendeu que o papel do vereador é responder à população, não a interesses políticos, e que a Câmara não pode aprovar medidas que afetem negativamente setores essenciais como saúde e educação. Criticou ainda a situação das UPAs da capital, especialmente na Zona Leste, denunciando a superlotação, longas esperas e falta de estrutura. Embora tenha reconhecido que o prefeito Léo Moraes está no início da gestão e ainda tem muito a fazer. E agradeceu a atenção. **Com a palavra o vereador Dr. Breno Mendes;** O vereador iniciou sua fala com uma referência bíblica — “Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem” — e, em tom crítico e reflexivo, defendeu os projetos enviados pelo Executivo à Câmara Municipal de Porto Velho. Ele cumprimentou os colegas parlamentares, representantes sindicais e ressaltou sua posição como servidor público concursado desde 2002, afirmando que respeita profundamente os servidores municipais. Dr. Breno discordou das críticas feitas anteriormente por outros vereadores, especialmente no que diz respeito à alegação de que os projetos em pauta violariam a Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo ele, todas as propostas foram rigorosamente analisadas por órgãos técnicos do município, como a Procuradoria Geral, SEMPOG e a Secretaria-Geral de Governo (SGG), citando nominalmente servidores e procuradores envolvidos, como Sérgio Pacífico e Dr. Maxuel. Ele destacou que nenhum dos 23 vereadores votaria em algo que comprometesse a educação, a saúde ou os servidores públicos e afirmou que os projetos seguem dentro do orçamento previamente aprovado, sendo tecnicamente sustentáveis. Mencionou avanços recentes como o pagamento do piso nacional do magistério, o reajuste para servidores, e a recriação de cargos essenciais, como os de engenheiros e arquitetos. Dr. Breno defendeu especialmente a criação da Guarda Municipal e a nova agência reguladora, que segundo ele, corrige vícios de propostas anteriores e não fere o papel fiscalizador do Legislativo, uma vez que os diretores indicados passarão por sabatina na Câmara. Também justificou a criação de três novos cargos no IPAM como medida emergencial para melhorar o atendimento aos servidores, citando casos de atrasos no atendimento e na liberação de cirurgias. Ele argumentou que não há obrigatoriedade legal de audiência pública para esses projetos, de acordo com o artigo 65, parágrafo 4º da Lei Orgânica, e que os temas em debate não se encaixam nas matérias que exigem esse tipo de procedimento, como plano diretor ou matérias tributárias. O vereador ainda defendeu a celeridade na tramitação dos projetos, elogiando os presidentes das comissões de Constituição e Justiça e de Orçamento, que emitiram pareceres dentro dos prazos regimentais. Criticou a tentativa de alguns parlamentares de “judicializar” o processo legislativo e transferir responsabilidades ao Ministério Público e Tribunal de Contas, ressaltando que a função fiscalizadora da Câmara não pode ser enfraquecida por disputas políticas. Por fim, reafirmou que seu compromisso é com a legalidade, a justiça e a população de Porto Velho, e que divergências são naturais no processo democrático, mas ameaças e desinformação não devem ter espaço no parlamento. **Com a palavra o Vereador Dr. Gilber;** O vereador iniciou sua fala saudando o presidente Gedeão Negreiros, os membros da mesa diretora, os colegas vereadores e o público presente, destacando a importância da pluralidade de ideias no ambiente legislativo. No entanto, expressou sua indignação com a falta de urbanidade e respeito em algumas manifestações na Câmara, criticando comportamentos que, segundo ele, transformam o plenário em um “show de horrores”. Ele reforçou que todos têm o direito de defender suas ideias, mas que isso deve ser feito com responsabilidade e respeito. Respondendo a críticas de que haveria irregularidades na tramitação de projetos, Dr. Gilber afirmou que todos os procedimentos legais foram seguidos corretamente, especialmente na Comissão de Orçamento, da qual faz parte. Ele mencionou que trabalhou até tarde da noite com o vereador Dr. Breno Mendes para garantir o cumprimento do processo legislativo. Destacou ainda que a criação da nova agência reguladora, que unifica duas anteriores, reduz despesas e aumenta a eficiência administrativa, contrariando acusações de aumento de gastos públicos. Dr. Gilber criticou tentativas de distorcer os fatos e pediu mais responsabilidade nos discursos. Enfatizou como um marco positivo a criação da Guarda Municipal de Porto Velho, classificada por ele como um passo essencial para melhorar a segurança pública, especialmente diante dos recentes episódios de violência na cidade. Segundo ele, a prefeitura está fazendo sua parte e haverá, em breve, concurso público para efetivação de guardas municipais. Além disso, o vereador mencionou discussões em andamento para melhorar a remuneração dos servidores das unidades básicas de saúde (UBSs), destacando a articulação conjunta com o vereador Nilton Souza e a interlocução com o Dr. Macário. Concluiu sua fala afirmando que não há aumento de despesa nos projetos debatidos, pois

todos possuem previsão orçamentária e tramitaram nas comissões competentes, garantindo a legalidade da votação. Agradeceu ao presidente e pediu que sua fala fosse registrada em ata. **Com a palavra a Vereadora Ellis Regina;** A vereadora iniciou sua fala cumprimentando o presidente da Câmara, Gedeão Negreiros, os vereadores e servidores presentes, fazendo um apelo por respeito e união entre os parlamentares. Ela ressaltou que o foco deve ser o interesse da população, e não brigas e ofensas pessoais, reforçando a responsabilidade de cada vereador em representar com dignidade os cidadãos que os elegeram. Emocionada, a vereadora destacou seu compromisso histórico com os servidores municipais, sua principal bandeira de luta. Relembrou que já esteve tanto na oposição quanto na situação, mas sempre atuou com respeito e coerência, exercendo seu papel de fiscalização com seriedade. Defendeu que a Câmara Municipal, ao longo das gestões, tem mantido uma postura de boa fé e responsabilidade ao votar os projetos do Executivo, buscando sempre o melhor para o município. Ellis Regina fez um apelo direto ao secretário adjunto de governo, Sérgio Paraguaçu, para que o mesmo olhar de valorização dado aos cargos comissionados seja estendido aos servidores efetivos, muitos dos quais estão há décadas prestando serviços ao município. Ela citou a defasagem salarial dos servidores da saúde, a urgência na correção inflacionária, o envio do piso da educação e dos agentes comunitários e de endemias, além do aumento dos plantões extras e melhorias para motoristas, operadores e técnicos administrativos. A vereadora também cobrou a implantação de um plano de cargos e salários para a saúde, denunciando os baixos salários pagos à categoria e pedindo prioridade no andamento de processos relacionados aos direitos dos servidores. Ela reafirmou sua postura contrária aos projetos de reforma no Instituto de Previdência do Município (IPAM), afirmando que o momento não é oportuno para mudanças e que essa posição já foi manifestada tecnicamente no Conselho Deliberativo, onde ela representa a categoria. Por fim, pediu harmonia entre os vereadores na defesa de suas ideologias e encerrou reafirmando seu compromisso com os servidores e com uma Porto Velho mais justa, apelando para que o prefeito Léo Moraes honre sua trajetória de defesa do serviço público. Ela também reforçou a importância da realização de concursos públicos para fortalecer o quadro efetivo e garantir a sustentabilidade do sistema de previdência. **PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE. I – Leitura de Correspondência;** (Não houve). **II – Leitura de Projetos e Moções:** (Não houve); **III – Leitura, discussão e votação única de Requerimento;** (Não houve); **IV- Leitura de informações Oficiais.** (Não houve). **INTERVALO REGIMENTAL.** O Presidente consultou os vereadores sobre a necessidade de Intervalo Regimental, na forma do art. 74 do Regimento Interno, havendo intervalo de 10 minutos. Após o intervalo passando imediatamente, à **ORDEM DO DIA**, na qual foram deliberadas as seguintes proposições: **I- Projeto de Lei Complementar nº 1369 de 2025**, de autoria do Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a criação, organização, competência e estrutura operacional da Guarda Municipal no âmbito do Município de Porto Velho dá outras providências.” Em votação, Projeto de Lei Complementar aprovado em primeira votação por vinte e um votos favoráveis e duas ausências de plenário. **II- Projeto de Lei Complementar nº 1372 de 2025**, de autoria do Executivo Municipal, que “Cria a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV, e dá outras providências.” Em votação, Projeto de Lei Complementar aprovado em primeira votação por dezessete votos favoráveis, quatro desfavoráveis e duas ausências de plenário. Com emenda: **Emenda nº 17 de 2025;** Emenda Aditiva, de autoria do Vereador Gedeão Negreiros. Acrescenta dispositivo ao artigo 35 do Projeto de Lei Complementar nº 1372/2025, que "Cria a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV, e dá outras providências." Em votação; Emenda aprovada por dezessete votos favoráveis, três desfavoráveis, e duas ausências de plenário. **III- Projeto de Lei Complementar nº 1373 de 2025**, de autoria do Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a reestruturação da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho (EMDUR), e altera dispositivos da Lei Complementar nº 780, de 17 de setembro de 2019 e dá outras providências”. Em votação, Projeto de Lei Complementar aprovado em primeira votação por dezessete votos favoráveis, quatro desfavoráveis e duas ausências de plenário. Com emenda; **Emenda nº 16 de 2025;** Emenda Modificativa, de autoria do Vereador Thiago Tezzari, ao Projeto de Lei nº 1.373/2025 que, "Dispõe sobre a reestruturação da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho (EMDUR), e altera dispositivos da Lei Complementar nº 780, de 17 de setembro de 2019 e dá outras providências." Altera o caput do Art. 2º, Art. 7º e Anexo I da Lei Complementar Nº 780, de 17 de setembro de 2019. Em votação; Emenda aprovada por dezoito votos favoráveis, um desfavorável, uma abstenção e três ausências de plenário. **IV- Projeto de Lei Complementar nº 1374 de 2025**, de autoria do Executivo Municipal que “Dispõe sobre a alteração da tabela de referências salariais e remuneração básica dos cargos em comissão do IPAM e altera os Anexos I e II da Lei Complementar nº 886, de

11 de março de 2022.” **V- Projeto de Lei nº 4734 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Santana, que "Dispõe sobre autorização para criação de Cemitério Público Municipal para Animais Domésticos e de Estimação no Município de Porto Velho e dá outras providências." Projeto de Lei aprovado em segunda votação por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. **VI- Projeto de Lei nº 4749 de 2025**, de autoria do Vereador Edmilson Dourado, que “Concede o Título de Utilidade Pública à ICPEs Instituto Cultural de Promoção Social, Recreativa de Esporte e Lazer do Estado de Rondônia”. Em votação; Projeto de Lei aprovado em segunda votação por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. **VII- Projeto de Lei nº 4755 de 2025**, de autoria do Vereador Pastor Evanildo e Adriano Gomes, que “Dispõe sobre alteração do Parágrafo Único, Art. 1º da Lei 2.443/2017 de 14 de novembro de 2017”. Em votação; Projeto de Lei aprovado em segunda votação por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. **VIII- Moção nº 31 de 2025**, de autoria do Vereador Wanoel Martins, “MOÇÃO DE APLAUSO” ao SENHOR THIAGO MIRANDA, E A SENHORA TASSYANE DOS SANTOS SILVA, proprietários do restaurante SABOR PARAENSE, em alusão aos serviços prestados a esta municipalidade. Em votação; Moção de Aplauso aprovado por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. Na sequência o Presidente passou os trabalhos para o **PEQUENO EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito). Posteriormente começou o **GRANDE EXPEDIENTE**. Palavra Vaga aos Vereadores inscritos; (Não houve orador inscrito) **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** (Não houve orador inscrito). Nada mais havendo a tratar, o Presidente Vereador **Gedeão Negreiros** invocou a proteção de Deus, agradeceu aos presentes, e encerrou a **Vigésima Quarta Sessão Ordinária** do Primeiro Período Legislativo ao meio dia e trinta minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios e vídeos correspondentes, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Vereador Marcos Combate, Primeiro- Secretário, lavrei a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente.





Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 12/05/2025, 09:52:23